

## IACONELLI, Vera. **Manifesto antimaternalista: psicanálise e políticas da reprodução.** Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

Ana Carolina do Rosário Correia<sup>1</sup>  
Yuri Fernandes de Andrade Lima<sup>2</sup>  
Charles Elias Lang<sup>3</sup>

No começo do novo milênio, Dany-Robert Dufour alertava, em *A arte de reduzir as cabeças* (2005), sobre um problema contemporâneo que caracterizou como “a negação da transmissão geracional”: pais que não sabem agir como pais e filhos que não se sentem em dívida com a geração anterior. Essa negação estaria relacionada ao Real de uma diferença intransponível, isto é, a um fato orgânico sobre o qual não temos controle, já que não temos meios de escolher a qual geração pertencemos. Como consequência, tem-se um modelo educacional no qual a geração atual não faz mais a educação da seguinte e as manifestações de violência e hiperatividade dos jovens são contidas mais cedo pela via medicamentosa, sem que haja uma reflexão sobre as origens desses sintomas.

Mas a transmissão geracional estaria sendo negada ou, simplesmente, diversificando-se? Estamos acompanhando o fim de um modelo ou a manutenção simultânea à abertura para outros? “*Manifesto antimaternalista: psicanálise e políticas da reprodução*” (2023), de Vera Iaconelli<sup>4</sup>, é mais um fio nessa grande trama investigativa. A parentalidade, sobretudo a maternidade, é o objeto de pesquisa da autora em textos como “*Criar filhos no século XXI*” (2019) e “*Mal-estar na maternidade: infanticídio e função materna*” (2020), este último derivado de sua tese de doutorado, publicada em 2012. Além desses trabalhos, a psicanalista é organizadora da coleção *Parentalidade & Psicanálise*, publicada pela Editora Autêntica desde 2020.

O modelo de maternidade ideal, herdado do século XVIII, revisado no século XX e fundado em uma visão pseudocientífica da existência de um “instinto materno”, entrou em colapso. Esse mito foi deliberadamente construído e adicionou um caráter moralizante e ideologizado a um amor que, como qualquer outro, é contingencial. A divisão do trabalho,

---

<sup>1</sup> Psicóloga. Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Contato: [ana.correia@ip.ufal.br](mailto:ana.correia@ip.ufal.br).

<sup>2</sup> Psicólogo. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Contato: [yurifal6@hotmail.com](mailto:yurifal6@hotmail.com).

<sup>3</sup> Psicólogo, doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Filosofia Contemporânea pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Psicanalista Analista Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA). Contato: [charles.lang@ip.ufal.br](mailto:charles.lang@ip.ufal.br).

<sup>4</sup> Psicanalista, mestra e doutora em psicologia pela Universidade de São Paulo (USP).

menos dissimétrica na era feudal, mudou a partir da divisão entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado — doméstico — na era moderna. Homens para um lado, o do trabalho remunerado no âmbito público, mulheres para outro, o do trabalho doméstico e da vida privada. Todas as “vantagens” da vida contemporânea — independência financeira, liberdade sexual, contracepção e divórcio — têm tornado a experiência da maternidade ainda mais solitária. Daí as mulheres têm protelado, escolhido ter menos ou nenhum filho. O núcleo duro da desigualdade de gênero que sustenta o modelo capitalista na esfera da economia reprodutiva continua sendo responsabilizá-las pelo cuidado das crianças.

Com esse mote de revisão dos modos de cuidado das próximas gerações, Iaconelli inicia seu *Manifesto*. A potência daquilo que a psicanalista se propõe a falar sobre o problema é o modo como lança luz sobre o adoecimento psíquico de mulheres e mães que chegam diariamente ao consultório. Essas queixas, somadas à fragmentação da conjugalidade após o nascimento dos filhos, à precarização da infância e da parentalidade em populações pobres, são consequências das políticas de reprodução hegemônicas: os “embates pela responsabilização sobre o cuidado com as próximas gerações” e a “insistência num modelo anacrônico de cuidado, baseado na inteira responsabilização das mulheres” (Iaconelli, 2023, p. 9). Nesse sentido, o livro está organizado em três partes — *Maternalismo, Reprodução de corpos e Reprodução de sujeitos* — que são subdivididas em tópicos. Destas, a primeira se destaca em profundidade e extensão.

Na primeira delas, *Maternalismo*, Iaconelli (2023, p. 79–80), define esse conceito como o “discurso que a sociedade adota para justificar e dar apoio às mulheres — mas não todas — historicamente reduzidas à função de mães e trabalhadoras domésticas não remuneradas, no exercício de tarefas imprescindíveis para a consolidação e manutenção do capitalismo e da reprodução social”. Nisso há um paradoxo: iniciativas sociais que se basearam no maternalismo — programas sociais, caridade, filantropia, assistencialismo — foram importantes e geraram progresso sociopolítico, mas também reproduziram estereótipos que sustentam o *status quo*. A amamentação, por exemplo, torna-se campo de disputa de saberes entre cuidadores e médicos. Nesse sentido, a livre demanda é elencada como estratégia relevante de combate à mortalidade infantil, sem que as condições para que as mães possam se ocupar disso sejam disponibilizadas. O maternalismo “propunha ‘ajudar’ as mulheres na tarefa maternal [...], mas sem correr o risco de emancipá-las do homem (Iaconelli 2023, p. 73)”.

A autora observa que o termo “maternidade”, pelo menos no entendimento que lhe é dado pelo senso comum, chancela o discurso maternalista. Ele é intrigante, múltiplo e paradoxal: designa um tipo de parentesco, mas define também o lugar onde se dá à luz. Ela lembra que Margaret Mead (2015), ao descrever o cuidado minucioso que os pais do povo Arapesh tinham para com seus filhos em *Sexo e temperamento*, o qualificou como materno —

significativo deslocamento de sentido desse adjetivo que, mesmo quando aplicado aos cuidadores do gênero masculino, retém sua referência à feminilidade (Iaconelli, 2023). A problemática se torna ainda mais interessante quando observamos que a palavra *maternitas* surgiu apenas no século XII, com o propósito de ser equivalente ao *paternitas* e designar uma função clériga em momento de expansão do culto de Notre-Dame (Knibiehler, 2000). Não havia essa palavra, em grego ou em latim, na Antiguidade, ainda que houvesse mitos que retratavam mulheres desempenhando funções maternais.

Sobre o substantivo “mãe”, a tarefa não se torna mais fácil. O discurso hegemônico, maternalista, é aquele que afirma que “mãe só tem uma”, mas só há uma mesmo? Quantos são os desdobramentos e interpretações possíveis para esse dito, cuja origem buscava distinguir a genitora da ama de leite, da ama-seca ou da babá, ainda nos tempos do Império? Mãe é aquela que pariu ou que criou? Qual delas é mais mãe? Ainda que se tente determinar algo biologicamente, o significante “mãe”, assim como qualquer outro, é vazio de sentido. Tudo o que diz respeito ao que se denomina “mãe” — o que é, o que faz — é dado pelas convenções sociais. Se tentarmos equivaler mãe à genitora, o que diríamos sobre mães adotivas e mães transgênero? Maternar “seria uma competência intrinsecamente feminina, mesmo quando a mulher não concebe?” (Iaconelli, 2023, p. 23). Há uma grande dificuldade em desembaraçar a mãe daquilo que chamamos de função materna, ou de funções desempenhadas por outros cuidadores.

Em seguida, Iaconelli investigou o conceito de “mulher”. Um primeiro problema é a passagem quase automática do “feminino” para a “mulher”, que não abarca a realidade de homens transgênero que gestam sua prole. Ademais, as mulheres são valoradas de forma diferente. “Mulher” não corresponde a um grupo homogêneo, mas é atravessado por recortes de raça, gênero e classe. O padrão-ouro, preconceituosamente determinado, da maternidade, é a genitora, branca, adulta, cisgênero, heterossexual, casada e com recursos econômicos. O distanciamento desse lugar enfraquece o direito à descendência, sendo esta questionada e negada. A interseccionalidade revela que o direito à parentalidade é um luxo. No Brasil, o maternalismo se caracteriza por contradições próprias. Os recortes de raça e classe estão brutalmente presentes em um país que nunca elaborou a escravidão, mas, pelo contrário, negou-a. Como consequência, o recalcado retorna assumindo faces diversas: dupla jornada, culpabilização e criminalização da pobreza, ignomínia e processos de humilhação social.

O modo como Iaconelli aborda as relações entre maternalismo e psicanálise, sem isentar a última de sua participação na manutenção desse modelo, chama a atenção. Para ela, “o discurso maternalista persevera em teorias e interpretações psicanalíticas que imputam à mulher poderes inigualáveis no cuidado com a prole, fortemente apoiados na heteronormatividade, afetados pelas condições raciais e de classe e fomentados pela

idealização do ciclo gravídico-puerperal” (Iaconelli, 2023, p. 36–37). A crítica à psicanálise maternalista começa por Freud, herdeiro de duas visões a respeito das diferenças sexuais. A primeira é o modelo do sexo único, no qual a vagina era compreendida meramente como um pênis invertido. A diferença entre homem e mulher era quantitativa, não qualitativa: às mulheres faltou calor vital para “evoluir” o suficiente para que se tornassem homens. A segunda é o modelo dos dois sexos: as naturezas de homem e mulher não são apenas diferentes, mas opostas.

O que quer, sexualmente, uma mulher? A resposta dada por Freud, passou ora por um modelo, ora pelo outro; diferenciou os orgasmos vaginal e clitoriano, afirmando que, no decorrer do processo de amadurecimento, a mulher deveria renunciar ao clitoriano em favor do vaginal. Sendo o clitóris um pênis diminuto, a aceitação da feminilidade necessitaria dessa passagem, sob pena do desenvolvimento de sintomas histéricos. Daí a sua hipótese da inveja do pênis. Ainda, Freud formulou a saída ideal do Édipo feminino resultando em um filho: o melhor destino para o desejo feminino seria a maternidade, devotada, mas que não se rendesse a arroubos de emoção; “devoção sim, mas sem muito erotismo feminino” (Iaconelli, 2023, p. 59).

Donald Winnicott também contribuiu, inadvertidamente, com o maternalismo. O psicanalista e pediatra teve a experiência privilegiada de observar a relação mãe-bebê em proximidade por décadas. Essa vantagem não o impediu de reforçar a naturalização maternalista, que hierarquiza a genitora como cuidadora preferencial, consequência explicitada nos conceitos “preocupação materna primária” e “mãe suficientemente boa”. O primeiro seria, para Winnicott, um período de confusão narcísica e loucura não patológica, condição psíquica particular que acontece durante o fim da gestação e das primeiras semanas do pós-parto e que, supostamente, concederia “à genitora uma competência subjetiva única no cuidado com o recém-nascido” (Iaconelli, 2023, p. 95). Esse é o período quando o bebê está mais dependente de quem cuida, e essa pessoa deve ser capaz de se identificar e de se hipersensibilizar com suas necessidades. Será que apenas quem pariu é capaz de passar pela preocupação materna primária? Por quê? Esse estado é realmente necessário para uma boa maternagem? Essas são algumas das críticas formuladas no *Manifesto*, contidas no que Iaconelli (2023) chama de modelo uterino de cuidado. De acordo com ele, o útero é idealizado, infalível, lugar sem falta ou mal-estar, e a genitora, portadora do útero, é a única capaz de zelar pelo recém-nascido. Essa afirmação biologizante e pseudocientífica conecta inexoravelmente a perinatalidade ao cuidado.

Ao valorizar o aspecto ambiental antes da tríade edipiana, isto é, a relação mãe-bebê, Winnicott escreveu sobre a mãe que gerou e pariu. Seus erros foram desconsiderar a diferença entre parto e nascimento, afinal, “todo bebê nasceu, mas nem toda mãe pariu” (Iaconelli, 2023, p. 99); e considerar que apenas mulheres cisgênero, ou “genitoras

identificadas com sua feminilidade” (p. 103), poderiam passar pela preocupação materna primária. O próprio autor, em outro momento, propôs uma solução para este problema, ao considerar que não há nada de místico na capacidade de identificação entre genitora e bebê, que se baseia no fato de que a mãe, que também foi bebê um dia, é capaz de recordar que alguém cuidou dela. Ora, se todos já fomos bebês, todos temos aptidão para uma identificação suficiente com eles.

Como evitar os ardis do maternalismo? Uma primeira proposta formulada por Iaconelli (2023) no fim da primeira e início da segunda parte do livro, *Reprodução de corpos*, é a de distinguir “genitoridade”, neologismo usado pela autora, “perinatalidade” e “parentalidade”. Assim, genitoridade diz respeito à reprodução dos organismos, à concepção e à gestação, isto é, à geração biológica do que pode vir a ser um sujeito. A perinatalidade se encontra dentro da genitoridade, mas relacionada às experiências do ciclo gravídico-puerperal (gravidez, parto e puerpério), experiências restritas a quem tem útero: a materialidade de uma gestação; o discurso social sobre ela; o impacto da gestação sobre a corporeidade; e os recursos simbólicos e imaginários com os quais se lida. Observa-se que a genitoridade e a perinatalidade não são suficientes para a emergência da subjetividade da prole: há uma série complexa de determinantes sociais em jogo.

Por último, “parentalidade” é um neologismo que agrega as funções parentais e designa o conjunto de condições materiais e simbólicas necessárias à dinâmica transgeracional para subjetivação das próximas gerações. Para Jean-Pierre Lebrun (2010), psicanalista belga, o termo “parentalidade” deriva do adjetivo “parental”, isto é, a qualidade do(a) autor(a) do projeto parental. Percebe-se aqui que não se faz, a princípio, uma diferenciação entre pai e mãe. A crítica de Lebrun ao uso do termo se dá pelo fato de que parentalidade parece prescindir da diferença sexual, substituindo o “padrão-ouro” do casal heterossexual casado por uma dupla de educadores.

O que está em jogo nesse deslizamento semântico é, também, a substituição da diferença sexual pela competência parental na subjetivação do sujeito, a tentativa de estabelecer um acordo impossível. Sem assimetria não há alteridade. A diferença sempre existirá, afinal, estamos lidando com o Real. Mas “reconhecer que a assunção do parentesco é subjetiva e contingencial, não garantida nem pelo corpo nem pela lei, e que pode acontecer separada da função de cuidador/a, nos ajuda a entender e despatologizar os inúmeros casos nos quais as coisas não andam juntas” (Iaconelli, 2023, p. 220).

A experiência de gestar, parir e aleitar não deve ser confundida com qualquer garantia ou qualidade de cuidado. A parentalidade não é mera burocracia; ela exige lugar na ordem simbólica. Afinal, o que faz um pai? O que faz uma mãe? A concepção pode gerar um corpo ou, como diria Lacan, uma libra de carne, mas nem sempre um sujeito. O que interessa à psicanálise é, justamente, “como de um organismo pode emergir um corpo” (Iaconelli,

2023, p. 25), que é erógeno, constituído na interação com quem cuida da criança desde seu nascimento, relação mediada pela fala: expectativas, fantasias, a subjetividade própria de sua época e de sua linhagem familiar, com suas soluções e adocimentos.

Muito se fala sobre a constituição subjetiva da criança. Mas qual é a constituição subjetiva de um(a) cuidador(a)? Qual é o processo envolvido no jogo da assunção do parentesco? São temas abordados em *Reprodução dos sujeitos*, terceira e última parte do texto. A psicanálise usa, com ressalvas, os termos “função materna” e “função paterna” porque não dizem respeito às figuras da mãe e do pai (apesar desses significantes não serem usados ao acaso). Há uma confusão entre função, papel e gênero. Na tentativa de desvencilhar-se do “padrão-ouro” da parentalidade, Iaconelli (2023) propõe que substituamos “função materna/paterna/parental” por “funções constituintes da subjetividade”: 1) supor sujeito, apostar e tratar como sujeito um ser que ainda não o é, para que ele desenvolva condições de vir a ser; 2) estabelecer demanda, supor que a criança demanda algo a quem cuida dela: dar-lhe de comer, fazê-la dormir; 3) alternar presença e ausência, produzir falta e desejo por meio dos intervalos entre o que o bebê demanda e a resposta de quem o cuida; 4) introduzir alteridade, a partir da introdução da função de um terceiro. Exercer essas funções requer vínculo, proximidade, continuidade, responsabilização pela criança e, sobretudo, desejo. Estas são as condições necessárias, mas que não garantem a constituição subjetiva, que é um processo relacional e, portanto, também depende ativamente da criança, pois “seu sucesso ou fracasso não pode ser imputado apenas a quem cuida” (Iaconelli, 2023, p. 191).

## PARA CONCLUIR?

Iaconelli (2023) cita Paul B. Preciado (2022) como uma referência contemporânea pertinente. Em 2019, diante de uma plateia de 3.500 psicanalistas, o filósofo apresentou uma palestra na *École de la Cause freudienne*, durante um evento cujo tema era “Mulheres na psicanálise”. A apresentação na qual Preciado, trans não-binário, se apresenta como um monstro<sup>5</sup> historicamente normatizado pela psicanálise, durou apenas um quarto do que se intencionava, devido ao tumulto que gerou na audiência. Preciado argumentou que a psicanálise não apenas nasceu em contexto eurocêntrico, colonizador, heteronormativo e binarista, como tem sido uma instituição privilegiada para a manutenção desse discurso. Para Preciado, a diferença sexual é uma baliza epistemológica que fundamenta um campo social discursivo que, como visto no *Manifesto*, tem sido alvo de críticas diante de novas configurações e arranjos sociopolíticos.

---

<sup>5</sup> *Eu sou o monstro que vos fala* é o título dado à versão editada da fala de Preciado no evento da *École de la Cause freudienne*. No Brasil, o texto foi publicado em 2022 pela editora Zahar.

Iaconelli e Preciado traçaram críticas semelhantes ao afirmarem que uma psicanálise que, até então, tem sido ideologicamente alinhada a discursos hegemônicos elimina seu fundamento último: o respeito à imensa diversidade subjetiva humana. Uma psicanálise crítica e atual exige (re)politização epistemológica.

Uma psicanálise antimaternalista é possível? Essa é a aposta de Iaconelli. Uma leitura sensível da obra freudiana só pode enfatizar o espaço dado pelo psicanalista ao sofrimento feminino diante de um contexto social opressor, abrindo espaço para a crítica dessas condições sociopolíticas e, por que não, também narcísicas. De organismo a corpo erógeno e sujeito, refletir sobre o ambiente no qual se desenrola esse processo, e sobre as pessoas e instituições que o constitui, é vital para os cuidados com as gerações seguintes. Tanto dos próximos bebês e crianças, quanto dos próximos pais e mães: uma pauta antimaternalista é aquela que questiona “a reprodução como missão última da mulher” (Iaconelli, 2023, p. 77).

## REFERÊNCIAS

DUFOUR, Dany-Robert. **A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

IACONELLI, Vera. **Manifesto antimaternalista: psicanálise e políticas da reprodução.** Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

KNIBIEHLER, Yvonne. **Historia de las madres y de la maternidad en Occidente.** Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

LEBRUN, Jean-Pierre. **Mal-estar na subjetivação.** Porto Alegre: CMC, 2010.

MEAD, Margareth. **Sexo e Temperamento.** São Paulo: Perspectiva, 2015.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas.** Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

Recebido em 31 de janeiro de 2024.  
Aprovado em 1 de julho de 2024.